



PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES: Uma Análise da Saúde no Trabalho

MILITARY POLICE SUBJECTIVATION PROCESSES: An Analysis of Health at Work

Daniela Cecília Grisoski⁽¹⁾

Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina-PR

Paula Marques da Silva⁽²⁾

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO, Irati-PR

RESUMO

Este estudo se insere no campo da saúde do trabalhador em interface com a Segurança Pública contemporânea. Nosso principal eixo de análise girou em torno dos modos como policiais militares que, atualmente se encontram aposentados, percebem a produção de saúde e de doença no âmbito de suas trajetórias laborais na Polícia Militar. A pesquisa foi orientada através do viés qualitativo; entrevistamos 5 policiais aposentados por tempo de serviço, os quais exerceram diferentes cargos durante suas trajetórias laborais. Nas entrevistas, os sujeitos tiveram espaço para relatar sobre suas diversas experiências cotidianas na Polícia Militar. Como sustentação teórica, o trabalho tomou como referência produções conceituais de Michel Foucault acerca de práticas discursivas, disciplina e poder, principalmente. As entrevistas demonstraram que as trajetórias dos policiais foram demarcadas pelo fato de que os trabalhadores se reconhecem como sujeitos de uma experiência de trabalho em que a saúde equivale a ausência da doença. A violência no cotidiano de trabalho foi percebida somente quando toma contornos físicos. Desta forma, compreendemos a importância deste estudo no que diz respeito ao campo da prevenção e da promoção de saúde do trabalhador em relação às políticas públicas que envolvem os mais diversos atores que compõem a Segurança Pública brasileira.

Palavras-chave: Processos de subjetivação; polícia militar; saúde e doença do trabalhador.

ABSTRACT

This study is inserted in the field of workers' health in interface with contemporary public safety. Our main axis of analysis revolved around the ways in which retired military police officers now perceive the production of health and illness within their working trajectories in the Military Police. The research was guided by the qualitative bias, we interviewed 5 police officers retired by length of service, who held different positions during their work trajectories. In the interviews, the subjects had space to report on their various daily experiences in the Military Police. As a theoretical support, the work took as reference Michel Foucault's conceptual productions about discursive practices, discipline and power, mainly. The interviews showed that the trajectories of the police officers were marked by the fact that workers recognize themselves as subjects of a work experience in which health equals the absence of the disease. Violence in daily work was perceived only when taking physical contours. Thus, we understand the importance of this study with regard to the field of prevention and health promotion of workers in relation to public police officers that involve the most diverse actors that make up the Brazilian Public Security.

Keywords: Processes of subjectivation; military police; health and worker's disease.

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere no campo da saúde do trabalhador em interface com a Segurança Pública contemporânea. Nosso principal eixo de análise girou em torno dos modos como policiais militares que, atualmente se encontram aposentados, percebem a produção de saúde e de doença no âmbito de suas trajetórias laborais na Polícia Militar (PM), mais especificamente no município de Ponta Grossa/ PR. A temática ganha relevância diante dos altos índices de adoecimento, suicídio e outras formas de letalidade no cotidiano laboral de PMs brasileiros. Segundo o 13º relatório do Fórum Nacional de Segurança Pública, em 2018 policiais civis e militares cometeram mais suicídios do que morreram em serviço. Os índices demonstram 104 suicídios/ano, o que equivale a dois policiais mortos a cada semana. O relatório informa também que em 2018, 87 policiais foram vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), a maioria deles no cenário do trabalho. Índices que reforçam o panorama de um país que, somente em 2018, apresentou o número de 60 mil vítimas de mortes violentas intencionais. O relatório aponta ainda que a cada 100 dessas mortes, 11 foram efetivadas por policiais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Estamos diante de uma das polícias que mais mata no mundo e uma das que mais morre e sofre com efeitos da precarização das relações cotidianas de trabalho. No âmbito do território paranaense, a situação da Polícia Militar não é menos complexa. De acordo com informações disponibilizadas pela Associação de Praças do Estado do Paraná (APRA, 2019), atualmente, 23% dos afastamentos médicos de PMs na região são emitidos em

decorrência de problemas psicológicos ou psiquiátricos. Outros dados relevantes podem ser encontrados no site da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas do Paraná (AMAI) que nos últimos anos vem produzindo debates e pesquisas sobre a saúde mental de Policiais Militares no Estado. Em 2014, a AMAI divulgou que a rotina de policiais militares paranaenses é demarcada por excesso de carga de trabalho, falta de infraestrutura e apoio assistencial no caso de adoecimento (AMAI, 2019).

Partimos do pressuposto de que os dados até aqui informados não devem ser compreendidos de forma isolada. Ao abordarmos os processos de saúde e doença de policiais militares, estamos falando de práticas que se forjam em uma trama constituída pela articulação das políticas públicas de saúde, saúde do trabalhador e segurança pública em vigência no Brasil. Diante disso, tomamos O Informe da Anistia Internacional de Direitos Humanos (2017/2018) como um importante documento para evidenciar alguns pontos importantes que retratam a dinâmica sociopolítica do Brasil contemporâneo. O informe cita, inicialmente, a Promulgação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos (2016) que vem gerando efeitos deletérios no âmbito políticas públicas nacionais, bem como na consolidação dos direitos econômicos e sociais da população brasileira. Outro elemento citado pelo documento da Anistia se refere à redução do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. O aumento da desigualdade social, da precarização da vida e da miserabilização da população se torna, dessa forma, inevitável. Além disso, o informe aponta para políticas de segurança que se baseiam em intervenções

policiais altamente militarizadas, racistas e repressivas, com ênfase na criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Tal lógica ganha força mediante à redução da maioria penal e da Lei 13.491/2017, que trata do chamado excludente de ilicitude para forças policiais em operações, o que significa a isenção de julgamento independente e imparcial, uma vez que determinados crimes serão julgados por tribunais militares. Por fim, cabe apontar para a alteração do Estatuto do Armamento (DECRETO nº 9.847/19) que facilita o licenciamento e a compra de armas de fogo. Diante desse campo problemático, apostamos em um modo de pesquisar que entende a interface entre os campos da saúde do trabalhador e a Segurança Pública de forma multilinear envolvendo formas de governo e processos de subjetividade.

Desta forma, o estudo se sustenta teoricamente nos seguintes conceitos elaborados por Michel Foucault: modos de subjetivação, experiência, sociedade disciplinar e biopolítica. Tal diagrama conceitual cria interfaces com a obra de Gregório Barenblitt, mais precisamente com o conceito de instituições. A pesquisa foi realizada no período de 2016 a 2018, objetivando analisar o modo como policiais militares, que atualmente se encontram aposentados, percebem a produção de saúde e de doença no âmbito de suas trajetórias laborais na Polícia Militar. Metodologicamente, o estudo possui o viés qualitativo com enfoque na análise das práticas discursivas (FOUCAULT, 2006). Para tanto, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com policiais militares aposentados por tempo de serviço, os quais executaram distintos cargos durante suas carreiras, no município de Ponta Grossa, Paraná. A partir do conteúdo das entrevistas

realizadas, foram desenvolvidas quatro linhas de análise.

Cabe ressaltar que a ciência e a produção de conhecimento também são corresponsáveis para afirmação de uma sociedade atenta aos direitos humanos, considerando todos os atores que constituem o que, democraticamente, denominamos de Segurança Pública brasileira na atualidade. Nesse sentido, a pesquisa torna-se relevante para a sustentação de espaços de discussão que possam abarcar a questão do adoecimento no âmbito do cotidiano de trabalho na Polícia Militar, bem como para a análise dos efeitos que essas condições de trabalhos podem produzir na relação estabelecida entre trabalhadores e o cotidiano das cidades brasileiras na contemporaneidade. Ressalta-se também, a importância do estudo para o campo da prevenção e da promoção de saúde do trabalhador no que diz respeito às políticas públicas que envolvem os mais diversos atores que compõem a Segurança Pública brasileira.

A SEGURANÇA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA E O TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR

A política de Segurança Pública brasileira possui como principal objetivo oferecer medidas de segurança à população, direcionando-se especificamente ao cidadão, se caracterizando, também, como uma questão social e educacional. Vários fatores relacionados ao bem-estar do cidadão se encontram como funcionalidade de tal política, como iluminação pública, perícia forense e ministério público, por exemplo, sendo dever do Estado e direito e responsabilidade de todos os cidadãos (GIRALDI, 2019, s/p).

A demanda estabelecida para com a Segurança Pública atualmente encontra-se

em um nível de complexidade cada vez maior, pois interesses, valores, ideias, papéis sociais, entre outros, diferem-se gerando conflitos na sociedade, exigindo uma política administrativa para que haja um equilíbrio social. Tal equilíbrio é encontrado como um dos objetivos das políticas públicas de nossa sociedade, procurando a formulação de prevenção social, e de prevenção criminal, mais especificamente no âmbito da Segurança Pública, onde se busca uma ressocialização de indivíduos.

Esse modo de pensar a segurança e o público deu origem a um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O programa foi implantado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro no fim de 2008. As UPPs seguem os princípios da polícia de proximidade, um conceito que tem sua estratégia fundamentada na interlocução entre a população e as mais variadas práticas que envolvem a área de segurança pública (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA [UPP], 2016).

No Paraná, o governo criou uma iniciativa semelhante, intitulada Unidades Paraná Seguro (UPSs), para atender especificamente às comunidades de Curitiba (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA [SESP], 2019).

Importante notar que o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes realizou uma pesquisa abrangendo três momentos de fixação das UPPs nas comunidades no período de 2009 a 2014. Os dados revelam que apenas 5,3% dos policiais entrevistados se reúnem com a população. A pesquisa

afirma ainda que o enfoque das ações policiais segue preceitos coercitivos.

De acordo com Cruz (2013), é preciso reconhecer a expressividade de ações como as que foram implantadas no âmbito da Segurança Pública de alguns estados brasileiros, mas não sem antes perceber que a noção de segurança aliada a práticas punitivas e excludentes ainda prevalece hegemônica na cultura brasileira. Outro ponto importante abordado por Cruz (2013) se refere à ideia de que Segurança Pública se restrinja ao trabalho do policial, isso acaba fazendo com que o serviço do policial seja sobrecarregado, na maioria das vezes.

Além da sobrecarga, Amador et al. (2002) destacam que as funções de policiais militares envolvem periculosidades do ponto de vista físico e mental, o que pode causar danos diretos à saúde de policiais. Também comentam que:

[...] tais organizações apresentam particularidades que devem ser levadas em consideração, uma vez que apresentam regras de convivências e ideais que permeiam as relações de trabalho e as relações interpessoais que têm influências no psiquismo de seus integrantes. Ao ingressarem na polícia militar, os sujeitos são concitados a se destituírem de valores e crenças para incorporarem os valores preconizados pelos regulamentos da instituição (AMANDOR et al., 2002, s/p).

A vista disso, os autores apontam a necessidade de estratégias referentes à prevenção e promoção em saúde mental voltadas a estes trabalhadores, tendo em conta que há um impacto do trabalho policial militar na constituição do sofrimento psíquico dos sujeitos que fazem parte desta instituição. Para tanto, deve-se perceber o sofrimento de policiais como algo não natural, visto que esses sujeitos são

envolvidos por um imaginário social que os apresenta como figuras viris, eficazes, fortes, rígidas, entre outros, havendo uma expectativa para que sejam condizentes a essas características, o que, muitas vezes, acaba produzindo sofrimento (AMADOR Et al, 2002).

Magalhães-Pinto e Codo (2006) também abordam a questão das expectativas sociais sobre ações da Polícia Militar. Para os autores, policiais militares, muitas vezes, assumem-se enquanto correspondentes a estas expectativas sociais, podendo ser criticados por quem os julgam ineficientes, “[...] a imagem do policial militar então é construída com base no papel histórico da instituição, na ambivalência de sua missão institucional e na associação de suas marcas com atos violentos” (MAGALHÃES-PINTO; CODO, 2006, p. 231). Os autores ainda ressaltam que “[...] há um papel social a ser desempenhado pelo policial militar e isso ‘influencia’ como o policial militar perceberá a si mesmo e como sentirá que o outro o percebe” (MAGALHÃES-PINTO; CODO, 2006, p. 241).

A Segurança Pública brasileira está ligada a diversos agentes e corporações, estando entre eles a Polícia Militar. Tal corporação caracteriza-se por trabalhar no âmbito interno das forças armadas, variando suas atividades de acordo com os países em que está inserida. No Brasil, a Polícia Militar encontra-se dividida em 27 eixos, um representante de cada Estado Nacional, sendo uma força da Segurança Pública. Subordina-se ao Exército brasileiro, sendo sua reserva, e às Secretarias do Estado de Segurança (SESP, 2019).

Tomando como ponto de partida a descrição do trabalho de policiais militares e levando em consideração que os entrevistados estão aposentados por tempo de serviço, faz-se necessária uma definição

do funcionamento dos processos de aposentadoria dos mesmos. A aposentadoria de policiais militares no estado do Paraná caracteriza-se como aposentadoria especial. Os policiais militares do Paraná contam com um sistema de emissão da certidão por tempo de serviço vinculado a Celepar (Companhia de Tecnologia da Informação de Comunicação do Paraná), Paraná Previdência e Secretaria do Estado de Administração e Previdência (SEAP), que tem por objetivo fornecer o pedido de aposentadoria de tais trabalhadores. De acordo com Santos (2011), um militar, para requerer sua aposentadoria, necessita de, no mínimo, 25 anos de carreira. O tempo no trâmite para o pedido de aposentadoria possui um prazo de 30 dias até ser realizado, até serem executadas as transferências de dados.

Em 2002, houve a formulação da chamada Meta 4 pelo Celepar, na qual os dados do policial são enviados ao programa primeiramente pelo Departamento Pessoal da Polícia Militar, assim recebidos pela Paraná Previdência para o cálculo dos valores de aposentadoria e então chegam à Secretaria do Estado de Administração e Previdência para revisão e assinatura do ato e resolução do benefício.

Os militares que se encontrarem afastados por período superior a dois anos no exercício de funções públicas civis, receberão reserva remunerada compulsória por agregação, e aos militares que se encontrarem afastados, diplomados em cargo público eletivo e que tenham mais de dez anos de serviço público, será ofertada a Reserva Remunerada Compulsória para exercício de cargo eletivo. A reforma por invalidez será devida aos militares que, por doença ou acidente, forem reconsiderados pela perícia médica definitivamente incapacitados para o exercício do cargo público (SANTOS, 2011).

Convém ressaltar que a pesquisa não possui os processos de aposentadoria como enfoque principal, mas sim como estes trabalhadores percebem os processos de saúde e doença em suas trajetórias de trabalho, sem qualquer definição prévia com relação a períodos que dizem respeito à experiência destes trabalhadores na PM. Para seguir a contextualização da pesquisa, a temática da saúde do trabalhador se configura como um eixo condutor de problematização com relação aos modos de trabalhar e de se constituir como um sujeito trabalhador na polícia militar, no âmbito da segurança pública brasileira.

SAÚDE DO TRABALHADOR E AS PRÁTICAS DA POLÍCIA MILITAR

Estudos referentes às questões que envolvem os processos de saúde e doença no trabalho começaram a ser sistematizadas por volta da década de 1980, no movimento da Reforma Sanitária. De acordo com Batistella (2008), a partir deste marco histórico, a saúde do trabalhador se tornou um campo interdisciplinar, agregando diversos conhecimentos, como a medicina social, saúde pública, clínica médica, sociologia, engenharia, psicologia, entre outros, estabelecendo uma forma de compreensão mais complexa sobre as relações entre saúde e trabalho, propondo práticas de atenção à saúde dos trabalhadores e intervenção no ambiente de trabalho.

Com o advento da Constituição 1988 e o processo de institucionalização do Sistema Único de Saúde em 1990, através da Lei Orgânica da Saúde (LOS, nº 8080), o campo da saúde do trabalhador ganhou estatuto de política pública. O ramo Saúde do Trabalhador tem se destacado por ser um conjunto de atividades que se destinam, através de ações vigilância epidemiológica e

sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (BRASIL, 2015).

Vale notar que o campo da saúde do trabalhador vem produzindo importantes problematizações no que tange aos processos de saúde e adoecimento envolvidos na atuação da Polícia Militar. A produção de conhecimento na área da saúde do trabalhador implica afirmar que os conceitos de saúde e doença não são estáticos, tampouco neutros, mas sim uma produção histórica.

De acordo com Bastistella (2008), a ideia de saúde entendida como ausência de doença está muito presente na concepção do que é ser saudável para boa parte da população. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 amplia a noção do que é saúde, dando-lhe um estatuto democrático e de cidadania. O Artigo 196 da Constituição traz o seguinte conteúdo:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Este marcador histórico promove a noção de que a saúde é determinada e condicionada por fatores econômicos e sociais, entre os quais estão a garantia de emprego, salário, habitação, alimentação, educação, lazer e transporte, ou seja, não estando ligada apenas ao aspecto de ausência de doença, mas à qualidade de vida de um sujeito.

Esta concepção de saúde torna-se uma diretriz no campo da Saúde do Trabalhador no território brasileiro. Segundo estudos de Tittoni e Nardi (2008), o conceito ampliado de saúde permite pensar os processos de adoecimento não de forma isolada, mas sim como efeito de uma rede complexa de vetores sociais, históricos e políticos.

Pode-se perceber que o campo da saúde do trabalhador vem produzindo importantes problematizações no que tange aos processos de saúde e adoecimento envolvidos na atuação da Polícia Militar.

Pensando na produção de pesquisas sobre o tema Polícia Militar e saúde do trabalhador, realizamos um levantamento no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando como palavras-chave “Polícia Militar”, e nos restringindo aos programas de pós-graduação em Psicologia, Saúde Coletiva e Interdisciplinar. Em um primeiro momento, os resultados obtidos foram de 569 produções, que foram realizadas entre os anos de 1989 a 2019. Em um segundo momento, filtramos as produções realizadas entre os anos de 2014 a 2019, tendo em conta que este recorte foi escolhido devido ao ano de início da presente pesquisa, que foi 2015. Obtivemos 172 trabalhos, sendo que 16 pesquisas abordam diretamente o tema Polícia Militar e saúde.

Dentre estas 16 pesquisas, destacaremos três que se relacionam com o objetivo desse artigo. A primeira, “Entre amarras possíveis”, foi uma dissertação escrita por Magalhães (2015) no programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que objetivou desenvolver uma análise, tendo em conta a Ergologia e contribuições de Michel Foucault, sobre as atividades de trabalho de policiais militares

do estado do Espírito Santo e as estratégias que estes produziram para ser/estar policiais. A autora ressaltou que os modos de viver de um policial são atravessados por princípios de disciplina e hierarquia, o que está presente dentro e fora dos contextos de trabalho. Ela também enfatizou a importância de se produzir mais estudos nesta área, visto que o trabalho está diretamente ligado às produções dos modos de viver desses sujeitos.

Já Silva (2015), na dissertação produzida pelo programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), “Organização Policiais Militar, produção de subjetividade e saúde mental”, teve como foco analisar a bibliografia produzida em Saúde Pública sobre a organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental. Foram analisados 15 trabalhos científicos, constatando-se que foi a partir dos anos 2000 que estes temas se tornaram evidentes no âmbito das produções científicas, entretanto ainda são pouco explorados.

Por sua vez, Alves (2015) escreveu a dissertação “Trabalho emocional como preditor entre policiais militares”, no programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trata-se de uma pesquisa quantitativa com o objetivo de verificar o papel do trabalho emocional na incidência de Burnout em policiais militares do Rio Grande do Norte. Segundo os resultados, os estressores sociais, físicos, organizacionais e contextuais resultam em problemas físicos, exaustão, problemas psíquicos, bem como tabagismo, abuso de álcool e ideação suicida, o que afeta diretamente a saúde desses trabalhadores.

Destacamos que os três estudos que levamos em consideração enfatizaram que o tema saúde nas instituições militares ainda é

pouco explorado no Brasil. Entretanto, as três produções foram publicadas no ano de 2015, havendo um aumento no número de estudos que abordam esse tema elaborados por autores brasileiros desse ano, 2015, a 2019.

MICHEL FOUCAULT E GREGÓRIO BAREMBLITT: A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR TEÓRICO SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR

Uma das contribuições de Michel Foucault (2004) para a produção deste estudo se localiza na ideia de que relações entre sujeito e verdade são um importante fio condutor na análise de toda e qualquer prática social. O foco da investigação se desloca da apreensão de um indivíduo dotado de uma essência para os modos de subjetivação, ou seja: “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 236). Em consonância com a perspectiva de Foucault, Ramminger e Nardi (2007) abordam a questão de como uma pessoa é constituída enquanto sujeito. Para os autores, a subjetividade caracteriza-se pela maneira que um sujeito faz as experiências de si a partir dos jogos de verdade, ou seja, através do que é considerado como verdade em um tempo histórico. Ao se referir aos jogos de verdade, Foucault está afirmando que não há saber sem relações de poder; Foucault (2005) argumenta que o poder só existe em seu caráter relacional não estando, portanto, na ordem da posse, da troca ou mesmo fixado em algum lugar. Não existe “[...] um poder ou o poder, uma vez que ele só existe em ato, é algo que se exerce, que circula, que forma rede” (FOUCAULT, 2005, p. 35).

Pode-se dizer que, para Foucault, os conceitos de modos de subjetivação e experiência estão correlacionados. De acordo com Foucault (2004), a experiência é correlata à cultura, aos campos de saber, aos tipos de normalidade e às formas de subjetividade. A experiência passa a ser um espaço de ação no qual o sujeito se reconhece e se constitui de maneira singular em um tempo datado historicamente.

Outro pensador que teve destaque em relação ao conteúdo da pesquisa foi Gregório Baremlitt (1998), ao sugerir que uma sociedade é formada através de uma rede de instituições, onde uma instituição pode ser descrita como a composição de lógicas que formalizam normas e regras, ou seja, modos de viver. Para o autor, todas as sociedades contam com códigos e lógicas que produzem valores e respostas, formando tecidos institucionais que se intercalam entre si. As relações institucionais se materializam através das organizações, que são formas materiais variadas que compreendem um grande complexo organizacional. Uma organização é composta por unidades menores de diversas naturezas, que são os estabelecimentos, esses, por sua vez, contam com maquinarias, que são as instalações, aparelhos, formando assim, os equipamentos. Para finalizar a composição de uma instituição por um todo, encontram-se os agentes, que são seres humanos que dão suporte e protagonizam as atividades realizadas, executando as práticas, podendo elas ser verbais ou não verbais, discursivas ou não, teóricas ou técnicas. Dessa forma, nesse estudo, consideramos a Segurança Pública como uma instituição que envolve estabelecimentos policiais e trabalhadores que exercitam práticas na relação com e na polis.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida se apresentou de acordo com o viés qualitativo, visto que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco policiais aposentados, não havendo uma média geral.

A pesquisa qualitativa é um processo permanente de produção de conhecimento, em que os resultados são momentos parciais que se integram constantemente com novas perguntas e abrem novos caminhos à produção de conhecimento. Cada resultado está imerso em um campo infinito de relações e processos que o afetam, nos quais o problema inicial se multiplica em infinitos eixos de continuidades da pesquisa (GONZALES REY, 2002, p. 72-73).

Narita (2006, p. 26) destaca que pesquisas qualitativas tendem a buscar “as particularidades de cada história”, tendo em conta que estas “[...] compõem determinada história social e coletiva dos sujeitos em determinado momento e, mais especificamente, a história de um grupo social do qual o indivíduo faz parte” (NARITA, 2006, p. 26), compreendendo que não há uma verdade totalizadora em um campo social, mas uma pluralidade de histórias. Visto isso, com a realização desta pesquisa buscamos dar sentido a alguns aspectos das histórias do grupo social ao qual estamos levando em consideração, ou seja, as

trajetórias laborais de um grupo de policiais militares aposentados.

Como já proposto, o objetivo do trabalho em questão se pautou em analisar o modo como policiais militares, que atualmente encontram-se aposentados, percebem a produção de saúde e de doença no âmbito de suas trajetórias laborais na Polícia Militar.

O desenvolvimento da pesquisa foi sintetizado através de entrevistas semiestruturadas. Entrevistaram-se cinco policiais militares aposentados que exerceram suas funções de trabalho na região da cidade de Ponta Grossa, a qual pertence ao 1º Batalhão da Polícia Militar, que está inserido no 4º Comando Regional da Polícia Militar (SESP, 2019). As entrevistas foram individuais, sendo realizadas nas residências dos participantes ao longo do mês de julho no ano de 2016. Foram os próprios participantes que escolheram os locais em que as entrevistas aconteceriam, sendo que todos optaram em conversar conosco em suas residências.

Pensando no perfil dos participantes, apresentamos uma tabela com os dados pessoais de cada um:

Tabela 1 - Dados dos Policiais Militares Aposentados

Participantes	01	02	03	04	05
Idade	54 anos	51 anos	50 anos	54 anos	64 anos
Patente	Cabo	Subtenente	Terceiro Sargento	Segundo Sargento	Coronel
Gênero	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Tempo de aposentadoria	4 anos	2 anos	2 anos	1 ano e 2 meses	10 anos
Tempo de serviço na PMPR	27 anos	30 anos	25 anos	29 anos	35 anos
Motivo da aposentadoria	Tempo de serviço	Tempo de serviço	Tempo de serviço	Tempo de serviço	Tempo de serviço

Fonte: Dados coletados a partir das entrevistas realizadas ao longo de julho de 2016

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente pesquisa contou com 276 respondentes, dos quais 53,6% são do sexo feminino e 46,4%, do masculino. Quanto à faixa etária, 46,7% possuíam entre 26 e 35 anos; 26,1%, entre 18 e 25 anos; 18,1%, entre 36 e 45 anos; e 9,1%, acima de 46 anos.

Os participantes da pesquisa receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual passou pelo processo de aprovação de um Comitê de Ética, deixando claros todos os intuitos da pesquisa, cumprindo-se todos os requisitos da Res. CNS 466/12 e suas complementares, sendo assim, todos os dados coletados foram utilizados exclusivamente para os fins previstos no protocolo de pesquisa.

O processo de busca por participantes na pesquisa se deu através do método Bola de Neve (snowball sampling) (ALBUQUERQUE, 2009). Neste método, os pesquisadores selecionam, intencionalmente, sujeitos que de alguma forma se encontram envolvidos com a temática e o campo de pesquisa, fazendo com que possam indicar outros sujeitos para participar do processo de pesquisa.

A leitura dos dados se sustentou na análise de práticas discursivas seguindo os pressupostos teóricos de Michel Foucault

(1996). O autor propõe pensar o discurso como uma prática que se constitui em meio a relações de saber-poder:

[...] na sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (FOUCAULT, 1996 p. 36).

Para Foucault (2013), um discurso é composto por um conjunto de enunciados que são constituídos por um suporte histórico e institucional, a partir dos saberes e formas de verdades de determinada época e contexto. Fischer (2001, p. 199), autora que discorre sobre o pensamento foucaultiano, considera que um discurso busca demonstrar “[...] a inexistência de estruturas permanentes, responsáveis pela constituição da realidade”. Desta forma, salientamos que discursos não são universais, mas sim, descontínuos, formando-se nas práticas sociais, o que Foucault (2013) denomina como práticas discursivas. Estas práticas discursivas não se fazem presentes apenas nas formas de verbalizações, mas também nas condutas dos sujeitos que acontecem em um campo social (FOUCAULT, 1996).

Pensando um discurso como um conjunto de enunciados, frisamos que, enquanto conceito, enunciados são compreendidos como costumes sociais, ou seja, gestos, comportamentos, circunstâncias, entre outros, levando em consideração concepções históricas e subjetivas. Encontram-se nas transversalidades de frases, proposições ou atos de linguagem. Neste sentido, as práticas discursivas desenvolvem-se a partir de um emaranhado de enunciados (FOUCAULT, 2013).

De acordo com Fischer (2015), as pesquisas que se utilizam da obra de Foucault para análise de práticas discursivas devem compreender que, para o autor, nada há por trás das cortinas, a ponto de configurar o discurso como algo a ser revelado, descoberto, tal qual uma verdade estática e absoluta a espera por um cientista que lhe desvende, conferindo-lhe legitimidade. O que existe, nada mais é do que enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. É diante deste jogo de verdades discursivas que os trabalhadores se reconhecem como sujeitos na experiência de trabalho. Trabalho que pode ser vivido enquanto produção de saúde e de outros modos de existência, como também enquanto um processo de adoecimento. Esses processos de saúde e adoecimento, como já mencionado, não devem ser analisados de forma isolada, sem que sejam consideradas as relações históricas e que fazem do discurso algo vivo.

A perspectiva de Foucault possibilitou a leitura das entrevistas realizadas com os policiais aposentados, e através da compreensão dos enunciados presentes nas falas dos participantes traçamos quatro linhas de análise que serão desenvolvidas a seguir, as quais foram intituladas da seguinte maneira: Ditadura militar: a lógica de uma Segurança Nacional que ainda se faz

presente; Punição como forma de violência presente no cotidiano de trabalho; A experiência de trabalho e a saúde como ausência de doença, e As trajetórias laborais e a farda que não se destitui.

LINHAS DE ANÁLISE

Ditadura militar: a lógica de uma Segurança Nacional que ainda se faz presente

Pode-se perceber, no decorrer das entrevistas, que a maioria dos policiais aposentados que foram entrevistados executaram suas carreiras laborais na época em que o Brasil estava passando pela ditadura militar, ou pelo menos, a iniciaram nesse período, o qual ocorreu entre os anos de 1964 a 1985. Sendo assim, surgiu a necessidade de se estabelecer uma comparação sobre a ideia de Segurança Nacional, que vigorava à época, e quais mudanças ocorreram ao fim desse período, focando em como a constituição federal de 1988 compreende a ideia de Segurança Pública.

Freire (2009) ressalta que o paradigma predominante em relação à segurança no período ditatorial se deu através da Segurança Nacional, quando se priorizava a defesa do Estado e a ordem política e social. A Segurança Nacional era caracterizada pelo uso da força para condições necessárias de preservação da ordem pública. Formulou-se a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento a partir da Escola Superior de Guerra e, juntamente a essa Doutrina, desenvolveu-se a ideia de Defesa Nacional, promulgada pela constituição formada pelo regime militar no ano de 1967. Nesse período, a segurança era voltada principalmente para a formação de oficiais que tinham como intuito principal a preservação da ordem pública.

Nesse aspecto, todo cidadão que pudesse se apresentar como contra a vontade nacional poderia ser considerado como suspeito aos olhos dos oficiais responsáveis pela Segurança Nacional. Sendo assim, a política de segurança vigente nesse período, de acordo com a constituição de 1967, com algumas modificações na constituição de 1969, tratava-se da atuação do Estado a partir de formas repressivas, zelando pela ordem do Estado por um todo por meio das Forças Armadas e outros órgãos criados para este fim (FREIRE, 2009).

Freire (2009) afirma que, com a constituição de 1988, após o término do período da Ditadura Militar, estabeleceu-se o conceito de Segurança Pública, quando se compreende que é dever, direito e responsabilidade de todos a preservação do Estado e da ordem pública, cabendo aos órgãos Polícia Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares a manutenção dessa ordem. Também levando em consideração a constituição de 1988, de acordo com o artigo 142, são caracterizados os papéis das Forças Armadas, sendo responsáveis pela manutenção da segurança nacional, defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais (BRASIL, 1988).

Diferentemente das constituições anteriores, a constituição de 1988 conta com a afirmação de que Segurança Pública é dever do Estado e direito e responsabilidade dos cidadãos por um todo. Também diferencia os papéis institucionais das diferentes Forças Armadas. Para entender essa nova perspectiva, é interessante lembrar o contexto da constituição de 1988:

esta aprofundou os princípios de descentralização administrativa, conferindo a estados e municípios

novos papéis. A responsabilidade sobre a Segurança Pública, nesse conceito, passa a ser prioritariamente dos estados, por serem estes os responsáveis pela gestão das polícias civil e militar. Esse arranjo dotou os estados de autonomia na condução da política de segurança, mas, ao mesmo tempo, dificultou a implementação de diretrizes mínimas de uma política nacional de segurança, o que poderia trazer prejuízo para a prevenção e controle da violência e criminalidade, pois a manifestação desses fenômenos não respeita as fronteiras estaduais. (FREIRE, 2009, p. 52).

No ano de 1997, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que busca assessorar o Estado da Justiça na implementação da política nacional de Segurança Pública, acompanhando as atividades dos órgãos responsáveis. Em suma, a Segurança Pública, a partir da Constituição de 1988, não foca na questão de prevenção e controle apenas pelas Forças Armadas, mas pelas instituições policiais.

O relato de um dos entrevistados evidencia a força discursiva da Constituição de 1988 no âmbito das instâncias policiais:

[...] então a missão do Bombeiro pela Constituição de 88 no artigo 144, ele diz assim [...] é dever do Estado e competência de todos, fazer Segurança Pública, quer dizer, você tem que fazer segurança pública, criando bem teus filhos, educando bem teus filhos, isso é Segurança Pública, e nós somos obrigados a combater o crime (ENTREVISTADO 5).

Pode-se perceber que o atravessamento de lógicas que dizem respeito ao modo de pensar a Segurança Pública enquanto um dever de responsabilização social se faz presente na

voz do entrevistado. Ao mesmo tempo, outro atravessamento parece constituir modos de trabalhar na Polícia Militar: a ideia de Segurança Pública restrita ao combate ao crime e a afirmação de que uma sociedade segura se faz diante do “cidadão de boa conduta”.

Verifica-se, dessa forma, que segurança ligada à preservação da ordem pública sendo executada através de práticas repressivas ainda estão muito visíveis:

Você não sabe o que aconteceu naquele governo, certo então, não porque o Governo Militar era isso, os partidos políticos de oposição falam mal e tal. Eu fui civil no Governo Militar, nunca fui abordado por um Militar, porque eu não agia errado, eu adorava o hino nacional brasileiro, como adoro, eu respeitava os símbolos, a bandeira, tal, tudo (ENTREVISTADO 5).

A concepção de um “cidadão de boa conduta” que se configura de acordo com um quadro referencial de lógicas normatizadoras, definindo o que é um agir certo e um errado, pode ser analisada a partir daquilo que Foucault (2015) chamou de sociedade disciplinar.

Maia (1995), dando destaque às discussões referentes ao modelo de sociedade disciplinar proposto por Foucault, salienta que esta sociedade produz leis e regularidades predominantes, atuando, diretamente, nos corpos dos sujeitos. Tal atuação sobre os corpos condiz com a ideia de que sujeitos podem ser treinados, aperfeiçoados, controlados, enfim, disciplinados, para que sigam determinado modelo regulatório no contexto ao qual se encontram.

Foucault (2015) afirma que para que os indivíduos sejam disciplinados, a sociedade é voltada a um olhar hierárquico, estabelecendo divisões de funções, onde

indivíduos encontram-se constantemente vigiados em lugares restritos, a partir de modelos arquitetônicos que facilitem tal vigilância. Os indivíduos se entregam voluntariamente a esse tipo de vigilância, pois compreendem que estão enquadrados àquilo que é considerado normal em uma sociedade, buscando sempre permanecer produtivos, ou seja, úteis socialmente.

Ressalta-se ainda, que a lógica da Segurança Pública restrita ao combate do crime pode ser entendida dentro do que Foucault (2005) chamou de biopolítica, ou seja, um exercício de poder voltado para um modo de controle social eficaz, auxiliando na organização dos sujeitos para que os mesmos sigam um modelo de normatização. Assim, a biopolítica possibilita ao indivíduo se reconhecer na sua individualidade, mas somente dentro de regras normativas. Essas formas estratégicas de comparação indivíduo-população operam na vida cotidiana de maneira imediata, classificando, fixando identidades e impondo verdades aos indivíduos que, necessariamente, precisam nelas se reconhecer e se situar diante do outro. Esse processo de normatização articulado com a sociedade disciplinar faz com que sigamos o método de funcionamento de determinados setores sociais, os quais são considerados corretos a partir de lógicas cristalizadas, como é o caso da Segurança Pública.

De acordo com Araújo (2015), em nosso país, a Segurança Pública é muito confundida ao trabalho do policial militar, pois a Polícia Militar se encaixa em seus eixos, entretanto, ela não se restringe a essa única forma de trabalho. O fato de dar credibilidade da Segurança apenas à Polícia acaba fazendo com que o serviço do policial se encontre sobrecarregado na maioria das vezes, incidindo na culpabilização de um trabalhador que se torna unicamente

responsabilizado pelos efeitos de uma transição institucional, a qual ainda permanece ancorada a uma lógica da ordem social.

A punição como forma de violência presente no cotidiano de trabalho

Segundo publicações de Cruz (2013), o policial pode estar ligado a um cotidiano marcado por práticas de punição, violência e o adoecimento. Quando indagados sobre a questão da violência no cotidiano de trabalho, a maioria dos entrevistados fez uma relação com a violência física apenas, deixando de lado a qualquer outro modo de violência, seja ela verbal ou mesmo psicológica: “Dentro do quadro da Polícia Militar não, acredito que não. Seria mais a pressão psicológica mesmo, violência não tanto” (ENTREVISTADO 3).

Pode-se perceber, como no caso do entrevistado 3, que ainda há uma barreira nítida entre o conceito do físico e psicológico, onde os sujeitos não os veem ligados como práticas correlacionadas, não compreendendo que a pressão psicológica também se encaixa como uma forma de execução de violência.

Piva, Severo e Dariano (2007), ressaltam que há uma tendência, por parte da sociedade, em considerar a violência como inerente à natureza humana. Em contrapartida, as autoras argumentam que a violência pode ser compreendida como uma ação que suprime o outro, destituindo-o de qualquer margem de liberdade. Essas práticas podem ser revistas e reformuladas através de uma rede de dispositivos que se cristalizam em uma determinada sociedade.

Além das práticas de violência propriamente ditas, Calazans (2004) aborda a questão da instauração do medo a partir de estratégias coercitivas nos contextos da

Polícia Militar, o que afeta diretamente o cotidiano dos policiais. Para a autora,

[...] instaurar o medo e inibir e cercear o outro são meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. Então, é sob os círculos que se estabelece o protótipo do sistema disciplinar, objetivando os comportamentos condicionados e enfatizando um compromisso com o bem-estar maior da corporação e um bem-estar menor do sujeito (CALAZANS, 2004, p. 146).

Salientado os preceitos hierárquicos, os quais foram abordados por Calazans (2004), notamos que, muitas vezes, é através deles que as práticas de violência e de medo são expressadas nos contextos das organizações militares. Tal aspecto é evidenciado em uma fala do entrevistado 2, que, por sua vez, quando foi indagado sobre a violência, descreveu-a como um conceito mais amplo, não apenas restrito às questões físicas, relacionando-a ao constrangimento e ao modelo hierárquico da Polícia Militar:

Na verdade, onde existe a hierarquia é inevitável dizer que não existem as diferenças. Por exemplo, o graduado, às vezes, tinha alguma atitude ou alguma ordem, de repente a maneira que ele fala [o superior], que ele comanda, o subordinado fica constrangido, isso aí é inevitável, há o constrangimento sim, há as diferenças (ENTREVISTADO 2).

A partir dessas respostas, nota-se a necessidade do trabalho relacionando às questões do conceito de violência com os sujeitos inseridos no contexto da Polícia Militar, pois se compreende que muitos sujeitos estão restritos aos discursos já cristalizados pela sociedade em que se acredita que a violência está atrelada apenas aos contextos da punição, dor física e

repressão, não compreendendo o sentido amplo do termo.

A experiência de trabalho e a saúde como ausência de doença

Mediante o desenvolvimento da pesquisa, compreende-se a necessidade de se trabalhar com o campo da produção de saúde e doença dentro do cotidiano dos policiais militares, visto que a ideia de adoecimento é um aspecto que está ligado diretamente com as trajetórias de carreira dos sujeitos que participaram da pesquisa.

A partir de trechos das entrevistas realizadas, pode-se perceber a carência da preocupação com a saúde ampliada dentro do cotidiano da Polícia Militar, pois, apesar de poucos entrevistados relatarem processos de adoecimento ocorridos dentro de suas trajetórias no trabalho, foi possível identificar pouca preocupação com alguns aspectos da qualidade de vida no cotidiano dos trabalhadores, como por exemplo, lazer e descanso.

Esse é um dos grandes problemas do policial. Às vezes, depois da sequência dos anos, muitos anos de polícia, ele acaba mentalmente ficando revoltado, às vezes, ficando agressivo. Não que ele queira, mas o próprio serviço o deixou assim, porque ele lidou com muita violência, muita violência, sabe? Você lida e o policial está sempre presente nos piores momentos da família, da sociedade. O policial está presente ali, infelizmente (ENTREVISTADO 2).

Analisando as colocações efetuadas pelo entrevistado 2, novamente nos pautamos nos pressupostos elaborados por Amador et al. (2002), os quais dizem respeito à necessidade de ações preventivas e promotoras de saúde mental no âmbito militar. Os autores enfocam que é fundamental considerar as funções realizadas

por policiais militares como interligadas a fatores que causam impacto nas subjetividades e na saúde desses sujeitos, como, por exemplo, o alto contato com a violência, como foi comentado pelo entrevistado 2, e o desgaste, físico e mental no trabalho devido à sobrecarga de funções que devem ser executadas por policiais militares. É o que destacamos na fala do entrevistado 5:

É muita pressão! Nós temos que entender de socorros, de urgência, nós temos que entender de paramédico, de incêndio, de acidente de carro, inquérito, como encaminha um doente, tudo! Nós temos que cuidar de defesa civil em caso de calamidade pública, tudo! E daí, só pra te contar, uma cidade pequena não tem delegado de polícia, não tem criminalística, não tem nada. Quem atende as coisas? A Polícia! Hoje já está diferente, porque o Bombeiro já foi dividido um pouquinho (ENTREVISTADO 5).

Outra área que se encontra muito afetada, podendo produzir adoecimento, prejudicando tanto o desempenho profissional quanto o desempenho pessoal dos sujeitos a partir dos relatos dos entrevistados, é a carga horária que deve ser cumprida nos dias de trabalho por profissionais atuantes no campo da Segurança Pública. Segundo o site da Câmara dos Deputados, um projeto de lei, a PL 2106/2015, aprovou a carga horária máxima no trabalho de policiais militares e bombeiros como sendo 120 horas mensais. Essas 120 devem ser distribuídas em escalas de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Consideramos que no ano de aprovação deste projeto de lei os sujeitos entrevistados já estavam aposentados, também destacamos que a realidade relatada por eles em relação à

carga horária que vigorava na época em que atuavam na PM foi a de uma sobrecarga:

Na verdade, ela existe, mas a carga horária da Polícia Militar geralmente é ultrapassada. O policial tem a carga horária normal de 8 horas, mas geralmente ele passa. Nunca o policial trabalha a carga horária e para, geralmente alguma coisa aparece, um extra, alguma coisa pra ele fazer. [...] A vida do policial acontece muito disso, você não pode se programar, às vezes, com a família, devido ao seu trabalho, porque imprevistos acontecem, às vezes, um telefonema e você está escalado. Essa é uma das dificuldades com o policial militar que existe (ENTREVISTADO 2).

Levando em consideração as colocações dos entrevistados referente às cargas horárias prestadas dentro da Polícia Militar e, conseqüentemente na Segurança Pública em geral, pode-se perceber que a sobrecarga de trabalho, muitas vezes sem direito ao descanso e sem pagamento de taxas de hora extra, torna-se um forte requisito para questões de adoecimento, tanto mental quanto físico, colocando em risco a integridade do sujeito, o qual está executando determinado trabalho.

Compreendemos que a ideia de criação, promoção e manutenção de qualidade de vida que é proposta pelo ideal de saúde ampliada permaneceu distante em alguns aspectos da trajetória dos trabalhadores entrevistados, de acordo com alguns relatos dos mesmos. Podemos associar a questão da dificuldade em se produzir qualidade de vida às cargas horárias excessivas, pois houve queixas dos entrevistados em relação ao cansaço, sono, falta de tempo de lazer com a família, entre outros, devido ao tempo que precisavam se dedicar ao trabalho, além de queixas em

relação à falta de horário fixo para exercerem suas funções.

Abordando a área da Saúde do Trabalhador, sendo que a mesma se caracteriza por trabalhar com a saúde ampliada, observa-se a necessidade da preocupação com a promoção e manutenção da qualidade de vida no campo da Polícia Militar, visto que há muitas lacunas nas questões ambientais, sociais e do cotidiano do trabalho desses profissionais.

As trajetórias laborais e a farda que não se destitui

Conforme o objetivo da pesquisa, os entrevistados foram indagados sobre suas trajetórias de trabalho e como eram suas experiências durante esse período. Nicolazzi (2004), afirma que, segundo produções de Foucault, as experiências de vida de um sujeito o caracterizam como um ser histórico, formando assim, sua subjetividade. A experiência está diretamente ligada com o contexto social e, conseqüentemente, ligado a uma moral, fazendo com que os sujeitos se tornem sujeitos morais, ou seja, devendo seguir determinadas condutas ligadas a uma moral inserida em certo contexto social.

O que Foucault (2004) nos indica é quando há modos de sujeição em que o sujeito se relaciona com certos códigos morais fundados na lei, reconhecendo-se na obrigação de colocá-los em prática e conformando o seu comportamento em total acordo com uma regra já dada, há também diferentes práticas “[...] pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmo regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos” (FOUCAULT, 2004, p. 199).

Muita gente diz que a Polícia é um mal necessário, então eu digo pra você diferente, eu sempre tive orgulho de ser Polícia, eu sempre respeitei as leis, nunca fui favorável ao bandido nem aos criminosos, nem a gente ruim, eu sempre defendi a pessoa séria, trabalhadora e honesta (ENTREVISTADO 5).

No trecho acima foi possível identificar, pela narrativa do entrevistado, a evidência de que o trabalho é uma fonte de orgulho para esse sujeito e que, mesmo na atualidade, esse modo de trabalhar tem grande influência em sua produção de vida, auxiliando na produção de sentidos em sua existência.

Ramminger e Nardi (2007) enfocam a diferença entre modos e processos de subjetivação dentro de um ambiente de trabalho propostos por Foucault. Modos de subjetivação se caracterizam como a forma predominante em que os sujeitos vivem de determinado campo social, já os processos de subjetivação seriam como esses sujeitos trazem a experiência dessa relação com os campos sociais para suas vidas, ou seja, suas vivências subjetivas. Tomando como referência os sujeitos que estiveram inseridos na organização da Polícia Militar, poderíamos dizer que os modos de subjetivação se caracterizam a partir do como os mesmos agiam diante da rotina da organização, e os processos de subjetivação se compreendem pelas experiências trazidas através dessas formas de ação diante da rotina.

A forma de trabalho que um sujeito exerce está totalmente interligada com sua produção de experiências, quando o mesmo produz sua trajetória laboral, a partir dela ele vai realizando seus modos e processos de subjetivação e se tornando um sujeito histórico. Analisando as entrevistas, foi plausível a percepção dessa importância da

profissão para que esses sujeitos reconheçam a si próprios.

Aí, você vem dizer que o Militar é radical, todo mundo diz, “não, meu pai é militar, ele é radical”, é porque, se minha filha vai pra balada e vêm com umas tatuagens desse tamanho no corpo, eu sou radical, porque eu aprendi a ver tatuagem em presos, eles faziam com caneta, furando, com ponta de canivete. Quem põe piercing para mim é ignorância. Minha filha, depois que casou, além de ser com um cabeludo e roqueiro, falou “pai, você é decepcionado?” Sou, porque você não seguiu o meu caminho, mas ela é livre, hoje ela casou, o marido permitiu que ela fizesse tatuagem, tal. E eu acho que tatuagem é lesão corporal, não é grave, é leve, mas pra mim é grave, porque não tem como tirar depois, “não, tira com laser”, mas o laser vai deixar a cicatriz em você (ENTREVISTADO 5).

Aqui, percebe-se que o entrevistado via tatuagens na cadeia, que era um dos seus ambientes de trabalho, sendo assim, aquilo para ele se tornou algo que ia contra o que considerava moralmente correto em uma sociedade. Mesmo após aposentado, o entrevistado continuou ligado às lógicas cristalizadas em seu contexto de trabalho, distinguindo o que, para ele, funciona como a conduta correta que um sujeito deve exercer.

Calazans (2004) enfatiza que a cultura policial militar apresenta-se como um dispositivo constituinte de homens e mulheres em policiais militares. Sendo assim, nessa organização, a Polícia Militar, há a produção de um espaço hegemônico, o qual faz com que os sujeitos desenvolvam seus modos de ser de acordo com as configurações desse espaço, constituindo assim suas, subjetividades.

Neste sentido, de acordo com as narrativas abordadas na presente linha de análise, torna-se plausível a ideia de que o

modo como um sujeito se porta em seu ambiente laboral se torna inteiramente relevante em relação à forma de ver o mundo e a si mesmo, estando envolto pelas lógicas cristalizadas, as quais estiveram presentes em seu cotidiano de trabalho. No caso dos policiais entrevistados, a farda pode ser vista, mesmo que simbólica, como um modo de existir, também estando ligada aos processos de saúde e doença em suas experiências de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2016, ainda no início da pesquisa, a universidade em que ocupávamos o lugar de professora e estudante, sofria os impactos da repressão policial exercida contra trabalhadores da educação e estudante na cidade de Curitiba, no dia 29 de abril de 2015. Para muitos e muitas de nós, culpabilizar e demonizar os policiais que nos batiam em praça pública parecia um caminho viável, talvez reparador. Tornar-se sujeito de uma experiência de violação de direitos produz efeitos diversos, não caberia aqui julgar as variadas formas de enfrentamento exercidas por todos/as atores que protagonizaram corpo a corpo um combate desigual no território da, até então, chamada *polis*. Quem eram aqueles homens e mulheres que se reconheciam como policiais militares? Como se tornaram sujeitos de práticas violentas, ou talvez, de obediência, ou mesmo da aclamada ordem social? Como enfrentaram a ambiguidade de uma prática tão aplaudida por uma parte da sociedade civil e tão repudiada por outros cidadãos e cidadãs? Estaríamos regredindo para um tempo ditatorial ou jamais saímos dele? O Brasil vivia e ainda vive os efeitos da instabilidade, das mudanças políticas, econômicas e sociais. Mudanças e permanências, poderíamos

dizer. Discursos de ódio pareciam brotar de um tempo que jamais se fora. O tecido social tomou os contornos do medo, da insegurança, do desemprego, da degradação de políticas públicas. Adentrar um campo problemático em que o tempo histórico em análise é aquele em que se respira em ato foi um dos nossos grandes desafios. No lugar de culpabilizações, problematizações. No lugar de fatos estáticos, tempo em movimento. No lugar de explicações monológicas, polifonia.

A escolha por entrevistar policiais já aposentados por tempo de serviço foi importante para analisarmos como o cotidiano de trabalho produziu efeitos nos modos de existência desses trabalhadores. Trabalhadores que viveram a profissão em tempos históricos distintos, que caminharam e estabeleceram experiências singulares, historicamente datadas. Trabalhadores que puderam compartilhar memórias, forma de agir no mundo laboral.

Abrir-se analiticamente para o universo de trajetórias laborais dos trabalhadores aposentados que fizeram parte da pesquisa certamente não nos aponta para conclusões, mas sim, para algumas considerações que nos convocaram a constituir um *ethos* na pesquisa. Um modo de pesquisar que afirma a urgência de pensarmos as Políticas de segurança Públicas como uma instituição que produz sujeitos e modos de ser trabalhador, mas não somente. O diagrama de forças que constitui a Segurança Pública brasileira constitui narrativas institucionais que entram em combate na composição da memória do nosso país. É em meio a esta instituição que se produzem teias enunciativas que afirmam a lógica do “bandido bom é o bandido morto”, do “policial eficiente é aquele que atira para matar”, do “policial herói”, do

“policial sempre atento para defender a população”, ou melhor de determinada população, do policial que é “frouxo porque sofre”, “do cidadão de bem”, “da moral de dos bons costumes”. É em meio a esta instituição que o suicídio de policiais militares é constantemente apagado, que o adoecimento é velado, que a exaustão laboral é ignorada. Estamos diante de políticas de morte que sustentam formas de governo neoliberais em que a vida de parte população é dispensável.

As entrevistas demonstraram que as trajetórias dos policiais foram demarcadas por cargas excessivas de trabalho, pressão cotidiana no âmbito das práticas laborais, exigências que ultrapassam as fronteiras entre aquilo que é considerado trabalho e vida familiar ou de qualquer outro âmbito da vida. Resultados que coadunam com as pesquisas já realizadas na área, bem como com os dados divulgados por associações e sindicatos que atuam debatendo a situação do adoecimento de PMs no Brasil. Outro dado significativo se refere ao fato de que os trabalhadores se reconhecem como sujeitos de uma experiência de trabalho em que a saúde equivale à ausência da doença. A violência no cotidiano de trabalho é percebida somente quando toma contornos físicos. A violência moral e psicológica nem sempre são nomeadas ou tipificadas como tais, o que indica certa naturalização de determinadas violações como parte do processo laboral. Ganha relevância também a permanência histórica da percepção da profissão como afirmação da ordem e dos bons costumes, aquela que se guia diante de práticas divisórias entre “cidadãos de bem” e os “marginais”. Como afirma Tales Ab’ Saber (2017), somos contemporâneos da ditadura civil militar, mas também da nossa

escravidão. Nessa mesma linha de reflexão, Mbembe (2014) afirma que na racionalidade da biopolítica a função do racismo, do sexismo e do classismo consistem em regular a distribuição da morte e em tornar possíveis as funções mortíferas do Estado. Essas são formas de governo em que a vida do policial deve se manter produtiva e eficaz. A eficácia se resume ao número de abordagens e no número de corpos abatidos nas favelas brasileiras. São “os nossos heróis”. Essas são formas de governo em que a vida do policial se torna excesso, refugio, sobretudo quando nela há sofrimento ou questionamento em relação a condutas violentas. Percebe-se também que determinados policiais reconhecem a legitimidade de uma profissão que apostou e ainda aposta nas diretrizes da Segurança Pública Cidadã.

Cabe ressaltar a importância de pensarmos a trajetória de trabalho como um processo que implica leis, condutas, códigos, atos conformes, valores, regras, normas, estatutos, decretos, mas também uma certa relação consigo mesmo como sujeitos morais do trabalho. Um processo no qual o “sujeito moral do trabalho se relaciona a uma lei ou a um conjunto de leis, as quais ele deve se submeter sob pena de cometer faltas que o exponham ao castigo (FOUCAULT, 2014 p. 207)”. Evidencia-se, a partir de todo percurso da pesquisa, que a Segurança Pública no Brasil possui muitas falhas com relação àquilo que ela propõe como uma prática democrática. Isso implica um indicador analítico importante do estudo: a expectativa de uma Segurança Pública que produz cidadania por parte da população, incidindo diretamente no corpo do trabalhador policial. Se há falhas, o repúdio da nação lhes cai como um castigo.

REFERENCES

- AB'SABER, T. Conciliação, regressão e cidade. **ArchDaily**, 2017. Acesso em: 27/dez./2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/805103/tales-absaber-conciliacao-regressao-e-cidade>.
- ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem "Respondent-driven Sampling" na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=535859&indexSearch=ID>. Acesso em: 18/dez./2019.
- ALVEZ, J. S. C. **Trabalho emocional como preditor de burnout entre policiais militares**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_eb1ac27fab52e1d7f35ce36b0ec78e2a. Acesso em: 19/dez./2019.
- AMADOR, F. S; SANTORUM, K; CUNHA, C. S; BRAUM, S. M. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 22, n. 3, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000300009>. Acesso em: 19/dez./2019.
- ARAÚJO, T. T. F. Política de Segurança Pública na Sociedade Brasileira sob a Ótica das Políticas Públicas. **Análise de Prevenção Criminal e Prevenção Social**, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400003>. Acesso em: 16/dez./2019.
- ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DO ESTADO DO PARANÁ (APRA)**, 2019. Acesso em: 16/dez./2019. Disponível em: <http://www.aprapr.org.br/>.
- BAREMBLITT, G. (1998). **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.
- BATISTELLA, C. **O território e o processo de saúde-doença**. Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- BRASIL. **Anistia Internacional**, 2019. Acesso em: 20/dez./2019. Disponível em: https://anistia.org.br/entre-em-acao/doacao/fortaleca-nossa-resistencia-por-nenhum-direitos-menos/?utm_source=Google&utm_medium=GoogleAds&utm_content=JuntospelosDireirosHumanos.
- BRASIL, Lei nº 9. 847, de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. **Diário oficial da União**. Brasília, DF, 2019. Acesso em 29/dez./2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9847.htm#art60.
- BRASIL. Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017. Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. **Diário oficial da União**. Brasília, DF, 2017. Acesso em: 28/dez./2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113491.htm.
- BRASIL. 18ª Pesquisa Nacional sobre Saúde e Segurança no Trabalho. **Revista Proteção**. Nova Hamburgo, 2015. Disponível em: http://www.protecao.com.br/materias/anuario_brasileiro_de_p_r_o_t_e_c_a_o_2014/pesquisa/A5jyAn. Acesso em: 15/dez./2019.

- CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22236.pdf>. Acesso em: 20/dez./2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão aprova carga horária máxima para policiais e bombeiros militares. **Câmara Notícias**, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/488989-comissao-aprova-carga-horaria-maxima-para-policiais-e-bombeiros-militares/>. Acesso em 17/dez./2019.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (Brasil). Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16/dez./2019.
- CRUZ, G. B. A Historicidade da Segurança Pública no Brasil e os Desafios da Participação Popular. **Cadernos de Segurança Pública**, v. 5, p. 1-9, 2013. Disponível em: <http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20130403.pdf>. Acesso em: 18/dez./2019.
- FISCHER, R. M. B. Arte, pensamento e criação de si em Foucault: breve ensaio. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 945-955, 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss3articles/fischer.pdf>. Acesso em: 19/dez./2019.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p. 197-223, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em: 20/dez./2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 27/dez./2019
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FREIRE, M. D. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. **Aurora**, v. 3, n. 5, p. 49-58, 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1219>. Acesso em: 20/dez./2019.
- GIRALDI, N. Segurança Pública e Polícia. **Secretaria de Segurança Pública e administração penitenciária**, Curitiba, 2019. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/>. Acesso em 20/dez./2019.
- GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: caminhos e desafios**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- MAGALHÃES, J. C. D. **Entre amarras e possíveis: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2965>. Acesso em 21/dez./2019.

- MAGALHÃES-PINTO, R; CODO, W. "O trabalho nos faz violentos": Uma análise dos fatores relacionados com o comportamento violento do policial militar. In: CODO, W (Org.). **Por uma Psicologia do trabalho**: ensaios recolhidos. São Paulo: Casa do psicólogo, p. 216-253, 2006.
- MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder em Foucault. **Tempo Social**, v. 1, n. 1-2, p. 88-103. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85208>. Acesso em: 21/dez./2019.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- NARITA, S. Notas de pesquisa de campo em psicologia social. **Psicologia Social [online]**, v.18, n.2, p.25-31, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000200004>. Acesso em: 21/dez./2019.
- NICOLAZZI, F. A Narrativa da Experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, v. 11, n. 19/20, p. 101-138, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6353/3804>. Acesso em 21/dez./2019.
- PIVA, A.; SEVERO. A.; DARIANO, J. Poder e Violência - Formas de Subjetivação e Dessubjetivação. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, n. 02, p. 63-77, 2007. Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/artigo76.pdf>. Acesso em: 16/dez./2019.
- RAMMINGER, T.; NARDI, H. C. Saúde do Trabalhador: Um (não) Olhar Sobre o Servidor Público. **Revista Serviço Público Brasileiro**, v. 58, n. 02, p. 213-226, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v58i2.171>. Acesso em 18/dez./2019.
- RAMMINGER, T; NATDI, H. C. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface*, v. 12, n. 25, p. 339-346, 2008b. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000200009>. Acesso em: 20/dez./2019.
- SANTOS, M. Governo informatiza sistema de emissão da certidão de tempo de serviço dos policiais e bombeiros militares. **Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária**, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/>. Acesso em: 21/dez./2019.
- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SESP). **Governo do Estado do Paraná**, 2019. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/>. Acesso em 21/dez./2019.
- SILVA, N. N. **Organização policial militar, produção de subjetividade e saúde mental**: uma revisão de literatura. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12971>. Acesso em: 20/dez./2019.
- SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629.pdf>. Acesso em: 21/dez./2019.
- TITTONI, J.; NARDI, H. C. Saúde Mental: Reflexões a Partir de Estudos com Trabalhadores Afastados do Trabalho por Adoecimento Profissional. In JACQUES, M. G. C et al (Org.) **Relações Sociais e Ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 70-80.
- UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP). **Governo do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pmerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 20/dez./2019

NOTA 1

A presente pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa a partir do Parecer nº: 1.613.800

NOTA 2

(1) Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina/UEL. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO. Pesquisadora na Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina-PR.

(2) Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí. Professora colaboradora no departamento de Psicologia (DEPSI) da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO, Irati-PR. Professora colaboradora no departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba-PR.

Enviado: 14/09/2019

Aceito: 30/01/2020